

***FAZER SABER* NA IMPRENSA YTUANA**

AS DECLARAÇÕES EM JORNAIS REPUBLICANOS DO

ESTADO DE SÃO PAULO

Luiz Henrique Valle-Nunes¹

luizhvnunes@outlook.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este artigo visa analisar ocorrências de verbos declarativos em jornais republicanos publicados na cidade de Itu (SP, Brasil) entre 1870 e 1950, para detectar a realização de declarações bem performadas. Inclui-se neste objetivo mapear indutivamente as formas realizadas para determinar a existência de algum padrão já estabelecido, partindo dos verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar*. Num segundo momento, os dados recolhidos de edições dos jornais *Imprensa Ytuana*, *A Federação* e *A Cidade* são contrastados com ocorrências do *Correio Paulistano*, publicado em São Paulo (SP, Brasil), a fim de determinar se há uma continuidade formal no âmbito desta Tradição Discursiva.

PALAVRAS-CHAVE. Teoria dos Atos de Fala, Tradições Discursivas, Hipergênero, Jornal.

ABSTRACT. This article aims to analyse occurrences of declarative verbs on republican newspapers published in the city of Itu (SP, Brazil) between 1870 and 1950, in order to detect well-performed declarations. It includes an inductive mapping of such occurrences to seek the existence of standardisation, starting with the verbs *participar*, *fazer saber* and *declarar*. Secondly, data collected from issues of *Imprensa Ytuana*, *A Federação* and *A Cidade* are contrasted with occurrences present on *Correio Paulistano*, published in Sao Paulo (SP, Brazil), so that it is possible to determine if there is formal continuity within the scope of this Discourse Tradition.

KEYWORDS. Speech Act Theory, Discourse Traditions, Hipergenre, Newspaper.

1. Introdução

1.1. Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo analisar verbos declarativos presentes em jornais republicanos da cidade de Itu (São Paulo, Brasil), publicados entre 1870 e 1950, com o intuito de detectar a realização de atos ilocutórios declarativos na perspectiva taxonômica proposta por Searle (1968, 1975), a partir das relações de intencionalidade entre os locutores e alocutários (Grice 1969) na tradição do hipergênero (Bonini 2008) jornal. Neste objetivo

¹ Estudante do 1º ano do Mestrado em Linguística.

também inclui-se determinar a existência de alguma forma padronizada para os atos ilocutórios declarativos, tendo por base os verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar*.

Num segundo momento, esta pesquisa visa estudar se as formas presentes nos jornais republicanos aparecem com as mesmas funções no veículo oficial de imprensa do Estado de São Paulo, a fim de perceber se existe de fato uma continuidade (Kabatek 2005) formal na imprensa artesanal interiorana.

1.2. Enquadramento teórico

1.2.1. Atos de fala: os verbos ilocutórios e as declarações

A Teoria dos Atos de Fala (Austin 1962; Searle 1968, 1975) trata da relação entre os enunciados e as ações para além do nível semântico de interpretação proposicional, na qual cada enunciado realizado é visto como detentor de um significado pragmático subjacente (Faria 2003: 73). Ao analisar determinados contextos comunicativos, percebeu-se que "a enunciação de um sintagma é, ou faz parte, da realização de uma ação" (Austin 1962: 5), o que colaborou para a elaboração do conceito de performatividade baseado na competência comunicativa dos falantes.

De fato, nota-se que a enunciação não está somente relacionada aos processos de planejamento discursivo a nível cognitivo, mas também às intenções dos locutores e ao contexto extralinguístico em que a enunciação ocorre. Assim, é possível dizer que os locutores podem modificar significados enunciativos inicialmente atemporais em seus discursos, num processo de significação ocasional que leva em conta as intenções subjacentes às suas mensagens (Grice 1969). No caso das declarações, isso torna-se ainda mais evidente, uma vez que referem-se a um grupo de atos que estabelecem uma relação direta entre o conteúdo proposicional e a realidade. A princípio, uma declaração "só é entendida como tal se for proferida pelo locutor cujo estatuto permite a criação do estado de coisas enunciado" (Faria 2003: 79), mas pode também ocorrer em situações nas quais o fato dos alocutários reconhecerem o estatuto detido pelo locutor é suficiente para a boa formação do ato ilocutório.

Em português, as declarações podem aparecer tipicamente com verbos como *declarar* ou *nomear*, mas também em contextos sem realização em superfície. No segundo caso, como mostra Faria (2003), a modalidade e o tempo são fatores que contribuem diretamente para a sua boa performatividade. É possível em português encontrar atos declarativos realizados com o modo imperativo, conjuntivo ou indicativo, além da presença indireta desses atos em outras categorias, como os compromissivos e os expressivos. Há também o caso das

declarações assertivas, nas quais a força ilocutória, ao relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional, também apresenta indiretamente uma “tentativa de controlar verbalmente a relação social entre locutor e alocutário” (Faria 2003: 79). No caso da presente pesquisa, escolheu-se focar em atos declarativos com a realização em superfície dos verbos ilocutórios, já que tem-se o intuito de localizar formas padronizadas na tradição discursiva (Kabatek 2005) do hipergênero jornalístico (Bonini 2008). O estudo da teoria dos atos de linguagem para a análise de textos escritos torna-se possível uma vez que o foco da teoria encontra-se na mensagem em si, como aponta Petrey (1990):

When language is written rather than spoken, when it is literature in the etymological sense that is consists of letters, the speaker-hearer model breaks down even though speech-act theory does not.

(Petrey 1990: 78)

Para concordar com Petrey (1990), uma vez que os atos de fala presentes em textos escritos são passíveis do modelo de análise dos atos de fala aplicado aos textos orais, é preciso considerar o contexto enunciativo e as condições de produção de um determinado texto recolhido, para que o estudo seja efetivamente sólido. Para a presente pesquisa, faz-se necessária uma delimitação do hipergênero jornal e da conjuntura social e histórica em que as edições selecionadas para o *corpus* foram produzidas.

1.2.2. O hipergênero jornal

O jornal enquanto hipergênero e mídia (Bonini 2008, 2011) "apresenta um sistema de disposição dos enunciados que envolve gêneros organizadores [...] e gêneros de funcionamento [...]" (Bonini 2011: 692), os quais estão sujeitos a manutenções, inovações ou apagamentos dependendo de sua centralidade ou periferia (Bonini 2008: 33), i.e., os gêneros discursivos presentes no jornal podem organizar-se de maneira mais fixa ou aparecer apenas esporadicamente de acordo com a sua relevância e importância. Justamente por poder conter diferentes gêneros discursivos, é possível encontrar ocorrências de atos ilocutórios diversos em enunciados que podem ou não ter por locutor a instituição jornalística. Tendo em vista o estudo das Tradições Discursivas (Kabatek 2005: 156), ao tratar de textos interioranos como os jornais de Itu, deve-se levar em conta o nível de repetição (Kabatek 2005) das fórmulas já institucionalizadas para este hipergênero, para então determinar o seu nível de continuidade formal, levando também em conta a interferência das formas dos gêneros fixos sobre os livres. Sobre isso, Kabatek (2005) aponta:

Ampliando el concepto de *Interferencia lingüística*, podemos hablar aquí de "interferencia textual", interferencia entre dos TD. Por definición, siempre que haya transformación de una TD, habrá interferencia. [...] En el estudio de las transformaciones de las TD, el aspecto de la interferencia textual, tanto positiva como negativa, es uno de los más importantes, siendo la transformación muchas veces nada más que la combinación nueva de elementos procedentes de diferentes tradiciones.

(Kabatek 2005: 162-163)

Dentre as seções de gêneros discursivos presentes nos jornais paulistas (1870-1950), a escolhida para a presente pesquisa foi a *Secção Livre*. Embora seja uma seção fixa tanto nos jornais da capital quanto nos interioranos, alguns gêneros que nela aparecem tendem a ser mais esporádicos do que outros, como é o caso de certos tipos de avisos, nomeadamente os de missas de sétimo dia, de falecimentos, de celebrações e de festividades episódicas.

As declarações, como salientam Nascimento e Silva (2011), são gêneros discursivos que aparecem em diferentes práticas sociais de acordo com a finalidade ou circunstância de seu conteúdo. Nos jornais ituanos, elas aparecem intituladas de diferentes formas, como p.e., *Atenção*, *Ao público*, *Aviso*, *Editaes* e *Declaração*, constituindo um dos gêneros estáveis nas *Secções Livres* deste período, com ocorrências em todas as edições selecionadas:

Figura I. Exemplo de ocorrência na *Secção Livre* do Imprensa Ytuana (1879, n.156).



Fonte: *Corpus Jornais de Itu séc. XIX e XX* (SIBiUSP).

Ao olhar para o plano de texto (Adam 2008) das declarações presentes nos jornais paulistanos e ituanos, o que se verifica é que há sempre a presença de um título, seguido de um breve texto, a localidade e a data e, por último, uma assinatura, que aparece tipicamente quando o locutor é uma pessoa e não a instituição jornalística ou alguma outra instância da esfera pública. Por tratarem de diversas temáticas, apresentam diferentes realizações de atos ilocutórios, tais como declarativos, assertivos, expressivos e compromissivos. O facto dos

locutores serem sempre membros da elite cafeeira ou empreendedores da cidade de Itu faz com que as declarações presentes nestes jornais abarquem as condições necessárias para a boa performatividade sobretudo dos atos declarativos, foco deste estudo.

Tendo por pressuposto a interferência textual das formas presentes nas declarações nos gêneros da *Secção Livre*, é necessário determinar em que circunstâncias ocorrem, de fato, os atos declarativos. Além disso, uma vez que busca-se perceber os aspectos de continuidade formal entre o jornal mais institucionalizado da capital, doravante referido como industrial, e o jornal interiorano, aqui representado pelas edições publicadas em Itu, é preciso também determinar as diferenças ou inovações no que diz respeito às relações entre os gêneros discursivos e o hipergênero jornal. Para se chegar ao percurso dos jornais até a cidade de Itu, é necessário, em primeiro lugar, perceber qual o contexto no qual este hipergênero se desenvolveu no Estado de São Paulo.

1.3. Conjuntura sócio-histórica: O processo de industrialização e a Imprensa no Estado de São Paulo

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil, marca não só um período de transição do Império para a Primeira República, como também da imprensa artesanal para a imprensa industrial. É o momento em que o processo de padronização estrutural (Sodré 1999; Taschner 1992) desse gênero discursivo acontece de forma acelerada por conta da modernização tecnológica das empresas jornalísticas, que conseguem ampliar sua produção e se sobrepõem aos jornais independentes. Esse período de efervescência é reflexo também do próprio processo de industrialização brasileira, que ocasionou mudanças de vida das populações, especialmente as do interior da então Província de São Paulo, que vão receber e integrar esse gênero discursivo cada vez mais em seu cotidiano.

Os jornais que surgem nessa época no interior da Província vão ter como alocutários as elites e a burguesia cafeeira em ascensão, inseridas em centros urbanos emergentes que se dinamizaram especialmente nas últimas décadas do séc. XIX pela chegada das ferrovias, que movimentaram a indústria e alavancaram São Paulo no cenário econômico nacional (Follis 2004). Dentre as cidades do Oeste Paulista que mais prosperaram está Itu, que viria a ser palco da primeira convenção republicana do país. O crescimento industrial e populacional acelerado em Itu contribuiu para que o jornal se tornasse o meio mais viável de comunicação entre a burguesia cafeeira em ascensão, tornando-se também porta-voz de seus ideais políticos e econômicos (Melani Rocha & Zauith 2011).

Embora nem todos os jornais republicanos do Oeste Paulista tenham se consolidado ou até mesmo sobrevivido até o final da Era Vargas, sua importância para o gênero discursivo faz-se importante pelo distanciamento da imprensa oficial, diretamente sujeita às censuras do Império e do Estado. A escolha pelos jornais republicanos baseia-se justamente no intuito de compreender e desmistificar a chamada imprensa artesanal em seu aspecto formal, para assim estabelecer pontos de convergência com a mídia oficial.

2. Materiais e método

Para a realização desta pesquisa foram escolhidos 64 jornais publicados no Estado de São Paulo entre 1870 e 1950, sendo 40 deles publicados em Itu e 24 publicados na cidade de São Paulo. Os jornais de Itu são nomeadamente o *Imprensa Ytuana*, *A Federação* e *A Cidade* e foram selecionados a partir da coleção Jornais de Itu séc. XIX e XX da Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e de Documentação Histórica da USP, presente no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). O jornal da imprensa oficial escolhido foi o *Correio Paulistano*, cujo acervo foi digitalizado e disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital).

Foram escolhidos três jornais interioranos diferentes por conta da brevidade de seu período de publicação. O *Imprensa Ytuana* foi escolhido para os anos pré-República, ou seja, de 1870 a 1889. *A Federação* foi escolhido para os anos de 1890 a 1929, cobrindo assim a Primeira República e *A Cidade* foi escolhido para representação de 1930 a 1950, sendo assim referente ao Estado Novo. Os três jornais foram divididos de modo a completar 5 edições ituanas por década. Em relação ao *Correio Paulistano* foram escolhidas 24 edições cobrindo os anos de 1870 a 1950, sendo 3 edições por década.

Após a recolha, as edições dos periódicos ituanos foram analisadas manualmente e as realizações com os verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar* foram identificadas e contabilizadas. A escolha desses três verbos deu-se após o entendimento de que estas eram três formas recorrentes nas entradas das “Declarações”, nas Secções Livres dos jornais. Após a identificação, as ocorrências foram então analisadas sob a ótica dos atos de linguagem, especificamente dos atos ilocutórios, para que pudessem ser reavaliadas e colocadas ou não na categoria de atos ilocutórios declarativos. Finalmente, a forma padrão para os atos ilocutórios declarativos foi localizada e confrontada com os resultados obtidos com os periódicos da imprensa oficial, que passaram pelo mesmo processo de estudo.

3. Resultados e discussão

3.1. Ocorrências nos jornais ituanos

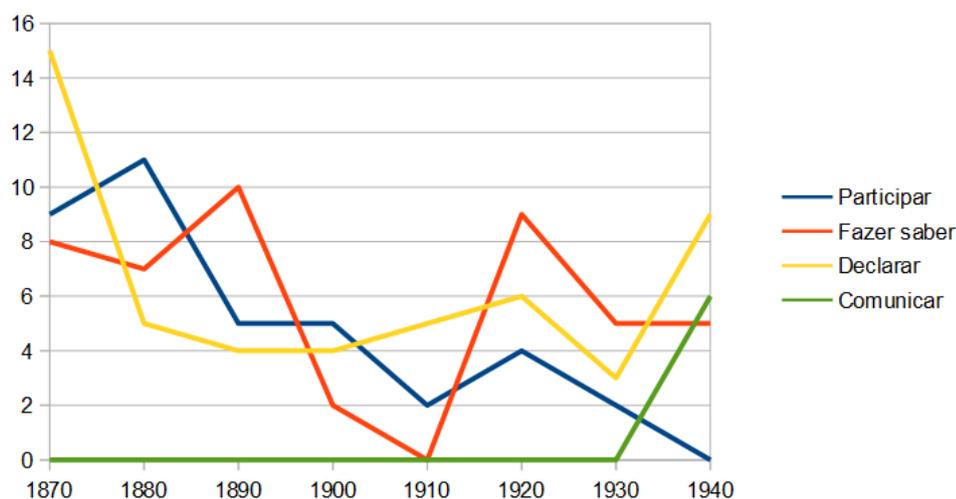
Ao analisar os jornais ituanos no período entre 1870 e 1950, foi possível perceber que na seção denominada “Declarações”, as entradas apresentam sempre uma das três ocorrências: *participar* (também realizado como *partecipar*), *fazer saber* e *declarar*. A partir dessas realizações, foi feita uma contabilização por décadas e os resultados encontrados foram:

Quadro A. Realizações de *participar*, *fazer saber* e *declarar* por década.

Jornais Ituanos								
Décadas	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940
Participar	9	11	5	5	2	4	2	0
Fazer saber	8	7	10	2	0	9	5	5
Declarar	15	5	4	4	5	6	3	9

Conforme o quadro acima, ocorreram no total 38 realizações do verbo *participar/partecipar*, 46 realizações da construção *fazer saber* e 51 realizações do verbo *declarar*. *Fazer saber* e *declarar* têm oscilações, mas continuam a aparecer até o final do período determinado, enquanto observa-se uma queda no uso de *participar*, com nenhum aparecimento nos jornais selecionados para a década de 1940. Foi localizado o aparecimento da forma *comunicar* nos mesmos contextos assim que houve esse declínio, o que mostra um processo de mudança:

Gráfico 1. Ocorrências de verbos ilocutórios nos jornais ituanos por década.



3.1.1. Realizações de *participar*

As realizações de *participar* aparecem em contextos nos quais as relações sociais entre os locutores e os alocutários não apresentam uma verticalidade institucional, ocorrendo em sua maioria em contextos comerciais, nomeadamente os anúncios. Em superfície, vê-se que

as frases com *participar* parecem estabelecer uma relação compromissiva, segundo a taxonomia de Searle (1975), uma vez que o conteúdo proposicional sempre relaciona o locutor à uma ação futura, como em:

“DENTISTA - Felipe Bauer Filho **participa** aos seus amigos e ao publico desta cidade, que apremta com perfeição qualquer trabalho que lhe for confiado, **garatindo perfeição nos seus trabalhos** [...]”

(Imprensa Ytuana 1879, n.156: 4)

“Os proprietario desta importante e acreditada fabrica de cerveja, gazosa e licores, **participam** ao publico que **no sentido de procurar melhor servir** a sua enorme freguesia [...] **adquiriram novos e aperfeiçoados aparelhos** para o fabrico e arrolhamento da cerveja [...]”

(A Federação 1907, n.93: 4)

Nas entradas acima têm-se em superfície relações C↑I (Falante faça algo), em que existe um comprometimento (C) e uma intenção (I) para a realização de uma ação futura, que seria respectivamente: C↑I (Felippe Bauer compromete-se a realizar qualquer trabalho com perfeição), no primeiro exemplo e C↑I (A fábrica compromete-se a servir melhor a freguesia por conta dos aparelhos novos). Essa relação compromissiva baseia-se na horizontalidade social dos participantes enunciativos. Não obstante, uma vez que estas entradas localizam-se no contexto do gênero jornalístico, a força ilocutória subjacente não é a mesma, partindo do pressuposto das intenções dos locutores.

Na realidade, as relações presentes nas entradas refletem uma condição de sinceridade de desejo e o que se quer dizer é “Venha para minha loja e confira se o que eu digo é verdade!” ou “Venha conferir como o meu trabalho é perfeito!”. Assim, os objetivos ilocutórios encontrados são “attempts (of varying degrees, and hence more precisely, they are determinates of the determinable which includes attempting) by the speaker to get the hearer to do something” (Searle 1975: 355). Portanto, constituem atos ilocutórios diretivos indiretos de caráter apelativo, comuns à tradição jornalística formal (Simon & Dejica-Cartis 2015: 241). Em atos ilocutórios diretivos, os conteúdos proposicionais ficam “inteiramente dependentes da realização futura da ação por parte do alocutário” (Faria 2003: 76) e, por isso, não podem ser interpretados como verdadeiros ou falsos. Ou seja, em ambos os exemplos selecionados, para que a “garantia da perfeição” da realização dos trabalhos seja atingida, o alocutário terá que primeiro conferir se o que o locutor diz é verdade ou não.

3.1.2. Realizações de *fazer saber*

A partir da análise dos casos com *fazer saber*, foi possível estabelecer que as suas realizações ocorrem tipicamente onde há uma relação institucional, na qual o locutor possui legalmente uma posição social que lhe possibilita alterar o estado de coisas por meio de declarações:

“O Capitão José Nardy de Vascoucellos, 2º **Juiz de Paz**, desta Parochia de Ytú etc. **Faz saber** à todos os que o conhecimento deste chegar, que entrando em exercício de seu cargo, no corrente anno, designou que suas audiencias terão lugar todos os sabbados pelas 4 horas da tarde [...]”
(Imprensa Ytuana 1884, n.459: 3)

Em que D↑∅ (as audiências acontecerão todos os sábados às 4h da tarde) e a posição social do locutor é identificada como *Juiz de Paz*:

“O Dr. João Elias Cruz Martins, **Juiz de Direito** desta comarca de Itú, do Estado de São Paulo, na forma de lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital de contra-protesto virem, ou dele conhecimento tivérem, que por parte de Hormindo de Almeida Camargo, **lhe foi dirigida a petição** [...]”
(A Cidade 1936, n.760: 4)

Em que D↑∅ (uma petição foi dirigida a Hormindo de Almeida Camargo) e a posição social do locutor é identificada como *Juiz de Direito*.

“Antônio de Almeida Toledo, **Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil** dêste Distrito de Itú, etc. **Faço saber** que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pela Lei: Sr. Fernando Julio [...] e dona Maria Furlan [...]”
(A Cidade 1944, n.1170: 3)

Em que D↑∅ (o casamento de Fernando Júlio e Maria Furlan foi possibilitado) e a posição social do locutor é especificada como *Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil*.

Nessas entradas, nota-se que as ocorrências atingem os critérios necessários para que o verbo ilocutório seja performado com sucesso, sendo eles nomeadamente a relação hierárquica entre o falante e o ouvinte, a ausência da condição de sinceridade e a realização em estrutura de superfície do conteúdo proposicional atrelado à força ilocutória.

De fato, esse tipo de realização declarativa assertiva, com a expressão do estatuto social do locutor, no gênero jornalístico no Brasil tem um início específico. Sendo o primeiro órgão editorial brasileiro, fundado no século XIX com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a Imprensa Régia foi responsável não só pelos primeiros jornais nacionais, como também pela divulgação dos decretos reais e alvarás com força de lei por meio de folhetos:

"Eu o **Principe Regente Faço saber** aos que o presente Alvará com força de Lei virem [...] que haja o Fiscal creado pelo Cap. V. §. I. dos Estatutos da Junta do Commercio, confirmados pelo Alvará de desaseis de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e seis, e hum Juiz Conservador dos Privilegiados, hum Juiz dos Falidos e hum Superintendente Geral dos Contrabandos [...] **Hei por bem crear** os sobreditos Lugares; e Ordenar, que tenham a mesma graduação, e Jurisdicção, que se acha estabelecida na sobredita Legislação [...]."

(Impressão Régia 1809²)

Embora não apareçam mais na imprensa física e digital, essas construções permanecem em textos da jurisprudência nacional, como é o caso do sancionamento de leis pela Presidência:

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e **eu sanciono a seguinte Lei**: Art. 1º Esta Lei institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea. Art. 2º Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro. [...] Art. 3º **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**"

(Diário Oficial da União 2009: Lei 11930)

Estas são verdadeiras declarações assertivas, tendo em vista a manutenção da posição institucional do enunciador que evidencia o seu estatuto face ao estado de coisas dos alocutários.

3.1.3. Realizações de *declarar*

As realizações com o verbo *declarar* aparecem de forma muito mais fluída do que nos outros dois exemplos analisados, permeando diferentes atos em diferentes contextos, como a seguir:

"AO PUBLICO - Tendo perdido a minha carteira no dia 5 do corrente, n'esta cidade; com duas obrigações, uma de 600\$000, outra de 1:040\$000 [...] peço quem encontrou a o favor de restituir-me que será gratificada com 50\$000. **Declaro** em tempo, que as obrigações por si estão inutilizadas [...]."

(Imprensa Ytuana 1877, n.68: 3)

"A União Diocesana Romana, á vista da permissão da respectiva autoridade ecclesiastica, **declara** que os catholicos apoiarão algumas das candidaturas á deputação pelos collegios de Roma [...]."

(A Federação 1909, n.204: 1)

² Páginas não numeradas.

“O abaixo assinado **declara** para os devidos fins, que perdeu sua caderneta da Caixa Econômica, sob o nº 691 [...]”

(A Cidade 1941, n. 1030: 2)

As ocorrências aparecem nas entradas em que há uma verticalização social entre o locutor e a audiência, como já era esperado por *declarar* ser um verbo ilocutório típico desses atos. No entanto, nos casos em que há algum órgão ou representante oficial, *fazer saber* sempre aparece no início das entradas, mesmo que *declarar* apareça em algum outro momento. Elas também aparecem em outros contextos, nos quais é concedido ao locutor o poder para alterar o estado de coisas, mantendo a ausência da condição de sinceridade e a realização em estrutura de superfície do conteúdo proposicional atrelado à força ilocutória. Isso ocorre, por exemplo, nos casos em que os indivíduos declaravam pela imprensa que não se chamavam mais *x* e sim *y*, casos comuns já que no período do Império os nomes brasileiros passaram por um processo delusitanizante, sendo que "abandonavam-se os nomes tradicionais portugueses em proveito de outros, tirados da mitologia, da história, dos romances e até da geografia" (Alencastro 1997: 55). Pode-se dizer que nesses casos, a performatividade é legitimada pelo veículo em que o enunciado se insere, ou seja, o próprio jornal, que adquire um poder institucional e de formação opinativa, faz com que os locutores tenham uma relação de verticalidade em relação à audiência.

3.2. Realizações no Correio Paulistano

Para confirmar se a presença dessas construções é realizada da mesma maneira na imprensa oficial do Estado de São Paulo, foi feita uma análise do Correio Paulistano, cujos resultados mostraram que, de fato, a tradição formal da Imprensa Régia permanece tanto na capital, quanto na imprensa interiorana, como a seguir:

“O dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, **juiz municipal do commercio supplente nesta Imperial cidade de S. Paulo** e seu termo etc. **Faço saber** aos que o presente edital virem, que Anatole Louiz Garraux [...] apresentou neste juizo a sua respectiva carta de negociante matriculado no meritissimo tribunal [...] **para que assim que habilitado possa gozar das prerogativas e protecção que o código do commercio deste Imperio liberalisa** [...] E para que chegue a noticia de todos mandei expedir o presente que será affixado [...]”

(Correio Paulistano 1870. N.4083: 3)

A continuidade composicional dos textos em ambas as imprensas ocorre sobretudo no caso dos *Editaes*, que apresentam uma estrutura mais fixa em relação aos *Avisos* e às

Declarações. Este facto está intrinsecamente relacionado às características do gênero edital, já que, como destacam Santos & do Nascimento (2012), é um gênero discursivo fortemente uniforme e de estilo formal, cuja função é ser o mais informativo e conciso possível, acerca dos seus diferentes fins: concursos, proclamações, intimações, e.o. Uma vez que os *Avisos* e as *Declarações* são tematicamente mais eventuais, i.e., os conteúdos dos textos estão sujeitos a uma maior variação se comparados aos dos editais, que são mais ritualizados, isto explicaria o porquê da imprensa artesanal seguir com maior rigor tal estrutura, já que os processos burocráticos do interior da Província não se diferenciam daqueles da capital.

No entanto, também foi possível encontrar no *corpus* do Correio Paulistano a forte presença do verbo *comunicar* em atos declarativos, tal como nas ocorrências com o verbo *participar*. Significa que há uma oscilação entre essas duas estruturas, que não estava presente no *corpus* analisado dos jornais republicanos. Como foi mostrado no Gráfico 1, as ocorrências com *comunicar* na imprensa ituana só começam a aparecer nos últimos anos do período analisado nesta pesquisa, enquanto que no Correio Paulistano as ocorrências já aparecem na virada do século. Um exemplo disto está em declarações relativamente a abertura de empresas:

"A' praça - **Participo** a praça que em 1.o de janeiro de 1900, **organisei uma sociedade sob a razão social de Carvalho Teixeira & C.^a**, da qual fazem parte os meus amigos interessados [...]."

(Correio Paulistano 1900, n. 13077: 3)

O exemplo acima constitui uma declaração, pois os empreendimentos interioranos da elite eram anunciados de maneira ritualizada, de modo a alterar o estado de coisas daqueles alocutários. A sua proximidade às asserções faz com que seja compreensível o surgimento do verbo *comunicar* nestes contextos.

4. Conclusão

A partir da análise dos jornais ituanos, detectou-se três tipos de construção nas entradas das "Declarações" na Secção Livre: *participar*, por vezes realizado como *partecipar*, *fazer saber* e *declarar*. Depois da contabilização das ocorrências, chegou-se à conclusão de que *declarar* é a forma que apresenta o maior número de entradas e percebeu-se que existe um declínio no uso de *participar*, que é substituído por *comunicar*.

Com base na taxonomia dos atos ilocutórios, foi possível determinar que as entradas com *participar* constituem atos ilocutórios declarativos e assertivos; as com *fazer saber* são, de fato, atos declarativos assertivos com o verbo ilocutório realizado em superfície; e as com

declarar aparecem em diferentes contextos declarativos, sendo que todas as vezes em que são atos declarativos, de fato, são precedidos necessariamente por *fazer saber*. Ainda sobre *fazer saber*, verifica-se que é uma forma importada, antiga na história do português, e que começou a ser utilizada no Brasil quando a imprensa brasileira foi criada, com a chegada da família real e o estabelecimento da Imprensa Régia. A forma permanece ainda hoje em documentos legislativos, principalmente em sancionamentos da Presidência.

Uma inovação encontrada foi no uso tipicamente declarativo de *declarar* sem a presença de verticalidade social, com locutores que recebem um poder de alteração do estado de coisas por meio da verticalidade atribuída pelo próprio jornal enquanto instituição. Viu-se que esse fenômeno está intimamente relacionado à problemática dos nomes e sobrenomes no Brasil do séc. XIX e que ele também aparece na imprensa oficial de São Paulo. Uma vez que foi feita uma comparação relativa à formalidade estrutural dos jornais artesanais, percebeu-se que embora menores que os impressos do Correio Paulistano, ainda apresentam as mesmas estruturas e realizações que aparecem na imprensa industrial do Estado.

CORPORA

BNDigital. *Correio Paulistano (SP) - 1854 a 1859*. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. Último acesso: 03-12-2018.

SIBiUSP. Imprensa Ytuana, A Federação e A Cidade. In: *Jornais de Itu séc. XIX e XX*. Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo. Em: <https://goo.gl/bZTg8n>. Último acesso: 03-12-2018.

BBM-USP. *Folhetos*. Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/4>. Último acesso: 30/12/2018.

Jusbrasil. *Diários Oficiais da União*. Em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/?ref=navbar>. Último acesso: 30-12-2018.

REFERÊNCIAS

Adam, J. M. 2008. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad.: Rodrigues, M.G.S.; Silva Neto, J.G.; Passeggi, L.; Leurquin, E.V.L.F. São Paulo: Cortez.

- Alencastro, L. F. 1997. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil Vol. 2 Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-94.
- Austin, J. L. 1962. *How to do things with Words. The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford University Press, Amen House, London.
- Bonini, A. 2008. As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do 'Projeto Gêneros do Jornal'. In Braga, S.; Moritz, M. E. W.; Reis, M. S.; Rauen, F. J. (orgs). *Ciências da Linguagem: analisando o percurso, abrindo caminhos*. Blumenau: Nova Letra, pp. 21-46.
- Bonini, A. 2011. *Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, 11 (3), pp. 679-704.
- Faria, I. H. 2003. O uso da Linguagem. In *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 55-84.
- Follis, F. 2004. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. 1.^a ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Grice, H. P. 1969. Utterer's Meaning and Intention. In: *The Philosophical Review* 78 (2), pp. 147-177.
- Kabatek, J. 2005. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* 29 (2), pp. 151-177.
- Melani Rocha, P.; Zauith, G. 2011. *A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da Belle Époque Paulista*. Interin 11(1), pp. 1-11.
- Nascimento, E. P. & Silva, R. F. 2011. *O secretariado e a produção textual: a argumentação no gênero declaração*. *Revista de Gestão e Secretariado*. 2 (2), pp. 145-169.
- Petrey, S. 1990. *Speech acts and literary theory*. New York-London: Routledge.
- Santos, S. M. & do Nascimento, E. 2012. O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação. *Secretariado Executivo Em Revist@* 7, pp. 133-143.
- Searle, J. 1968. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. In: *The Philosophical Review* 77 (4), pp. 405-424.
- Searle, J. 1975. *A Taxonomy of Illocutionary Acts*. University of Minnesota Press: Minneapolis.
- Simon, S; Dejica-Cartis, D. 2015. Analysis and Classification of Directions in Written Advertisements. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 192. Elsevier, pp. 240-243.
- Sodré, N. W. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- Taschner, G. 1992. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.